

Estratégia Recuo de privados e força dos setores agrícola e imobiliário ajudam a explicar aumento da fatia de instituições financeiras estatais no mercado em 2023

Bancos públicos voltam a ganhar participação no crédito após 8 anos

Alex Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

Os bancos públicos ganharam participação no mercado de crédito pela primeira vez em oito anos, numa inflexão do processo de redução do seu papel na economia que vinha ocorrendo desde o governo Michel Temer. Dados do Banco Central (BC) mostram que, em 2023, a fatia das instituições estatais no conjunto de empréstimos e financiamentos — um mercado de R\$ 5,8 trilhões — aumentou 0,6 ponto percentual, para 42,9%, quebrando uma sequência de quedas que vinha ocorrendo desde 2015.

Por ora, os especialistas atribuem esse impulso sobretudo ao desempenho do crédito agrícola e imobiliário, áreas que se mantiveram fortes nos últimos anos e nas quais o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal atuam com maior destaque, apesar da retórica do governo Lula de resgatar o protagonismo dos bancos federais.

Os bancos nacionais e estrangeiros com controle privado, por outro lado, demonstraram maior cautela na expansão de suas carteiras, num contexto de juros básicos altos praticados pelo Banco Central e certa aversão a risco — sobretudo no início de 2023 — em virtude de dúvidas sobre o desempenho da economia e receios com a alta da taxa de inadimplência.

A despeito dos esforços iniciados pelo governo para ampliar a carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como uma primeira flexibilização da proibição de subsídios implícitos nos empréstimos e reforço de seu capital por meio da retenção de parcela maior de lucros, essa instituição de fomento voltou a ver a sua participação no crédito encolher em 2023, de 8,5% para 8,2%.

O ano passado foi marcado por uma desaceleração do mercado de crédito, com expansão de 7,9%, ante 14,5% em 2022, e os bancos públicos não escaparam dessa tendência geral. A expansão de suas carteiras baixou de 13,9% para 9,5%. Mas eles não sofreram um ajuste tão drástico quanto as instituições privadas, cujo avanço se reduziu de 15,3% para 6,7%, por isso os estatais ganharam fatia de mercado.

Atendência é que o crescimento das instituições financeiras oficiais acima do setor privado se mantenha em 2024. O Banco do Brasil anunciou uma projeção de expansão entre 8% e 12% para o chamado crédito ampliado, que inclui investimentos em papéis com característica de crédito. O ponto médio dessa faixa supera a estimativa do BC para o crédito em 2024, de expansão de 8,8%, num indicador mais restrito, que inclui apenas empréstimos e financiamentos. No início do governo, o BNDES estabeleceu como meta dobrar os seus desembolsos nos próximos três anos, de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2% do PIB.

Em 2023, pesou favoravelmente, no caso do Banco do Brasil, a força do crédito rural direcional, que no mercado como um todo avançou 18,7% para pessoas jurídicas, acima da média do con-



Salto: "Há, sim, uma retomada do papel dos bancos públicos, no discurso e nas diretrizes de política econômica, que se traduz nos dados do Banco Central"

junto das linhas de empréstimo, num ano em que o país colheu a maior safra agrícola de sua história. No caso da Caixa, houve o impulso do crédito imobiliário, cujo mercado como um todo avançou 11,8%, também acima das demais linhas, apesar das taxas mais altas e do risco apontado pelo BC de aperto nas fontes de recursos bancários para os financiamentos à casa própria em decorrência dos saques líquidos ocorridos na caderneta de poupança.

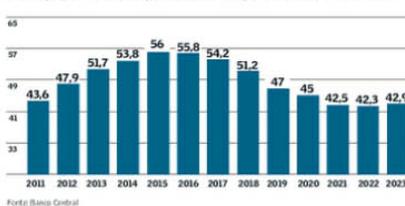
"Há, sim, uma retomada do papel dos bancos públicos, no discurso e nas diretrizes de política econômica, que se traduz nos dados do Banco Central", afirma o economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, Felipe Salto. "De todo modo, não vejo nada de extraordinário, mas, sim, o reflexo de uma política de governo legítima combinada com programas tradicionais existentes há muito tempo nos bancos públicos, a exemplo da Caixa e do Banco do Brasil."

Segundo ele, os dados mostram que a construção civil e os setores do agronegócio explicam essa evolução, além do saldo referente ao setor administração pública, que reflete a evolução dos empréstimos consignados. "Também, claro, a recuperação da atividade deve ser considerada na análise, bem como o movimento de distensão da política monetária, que é o pano de fundo de tudo isso, sobretudo com a inflação controlada."

Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), diz que, dado o momento macroeconômico e do ciclo de crédito no ano passado, os bancos privados desaceleraram mais

Fim do enxugamento

Participação de bancos públicos no estoque de crédito do SFN (%)



Fonte: Banco Central

fortemente e o papel dos públicos foi resgatado pelo governo Lula. "É um movimento de sinalização, de que os bancos públicos vão atuar dentro de uma política econômica progressista, mas não vi nenhum absurdo até o momento", afirma. "No Brasil e no mundo o crédito público tem um papel anticíclico, e de executar políticas de governo."

Para ele, à medida que famílias e empresas vão se desalavancando e a economia ganhar força, até mesmo com a queda da Selic, os bancos privados devem ganhar mais força e se aproximar do desempenho dos públicos no segundo semestre.

"Tudo indica que o governo está sendo conservador, não está dando crédito a rodo"
Carlos Macedo

veram de desacelerar mais para equilibrar seus balanços", diz.

Na visão dele, a presidente do BB, Tarciana Medeiros, já deixou claro que não fará nada em detrimento do resultado da instituição. "Ela vem dando continuidade ao que vem sendo feito nos últimos três, cinco anos, ressaltando que o capital dos acionistas precisa ser rentabilizado de forma adequada", afirma.

De 2015 a 2022, os bancos públicos haviam assistido a sua participação de mercado ser reduzida de 56% para 42,3%, em parte porque sua capacidade de crescimento ficou comprometida por seu uso excessivo como alavanca de desenvolvimento no governo Dilma Rousseff e, em parte, em decorrência da política adotada depois, já a partir do governo Temer, para reduzir o seu papel.

Nessa fase de enxugamento, o governo cortou os subsídios implícitos nas operações do BNDES, com a adoção da Taxa de Longo Prazo (TLP), em substituição à taxa de juros de Longo Prazo (TJLP), que era mais discricionária. Também exigiu que bancos federais fizessem o pagamento antecipado de empréstimos e aportes de capitais feitos pelo Tesouro nos governos Lula e Dilma para turbinar as operações.

Com o novo mandato de Lula, o governo tem expressado o desejo de resgatar o papel dos bancos federais. Uma lei aprovada no ano passado permitiu ao BNDES voltar a emprestar com subsídios implícitos para incentivar a inovação, mas com volumes bem menores, pelo menos por enquanto. O banco federal reduziu o pagamento de dividendos à União e alongou o cronograma para o pagamento de empréstimos ao Tesouro.

Para Carlos Macedo, analista da OHM Research, não houve uma aceleração dos bancos públicos em 2023, mas uma desaceleração mais forte dos privados, que assim perderam participação de mercado. "A carteira dos bancos públicos cresceu 10% ano passado. No governo Dilma, avançou quase 40%. Eu não vejo isso acontecendo desta vez. Mas ainda estamos nos 30 minutos do primeiro tempo. Tudo indica que o governo está sendo conservador, não está dando crédito a rodo. Ainda assim, algumas políticas demoram tempo para dar resultado. Pode ser que esses 10% de alta virem 20%. O futuro vai dizer."

Murilo Marchionni, analista de bancos da gestora AZQuest, também acredita que o ganho de participação de mercados dos bancos públicos em 2023 vem mais de uma mudança de mix na carteira do sistema financeiro do que de uma utilização dessas instituições para fins de política para-fiscal. "A carteira do BB cresceu 18% em 2021, depois 15% em 2022 e 10% em 2023. Parece um nível saudável. A questão é que outros bancos privados foram mais impactados, ti-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Finanças **Caderno:** C **Página:** 1